**10.5 - REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO**

[**Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro**](http://www.dre.pt/pdf1s/2001/12/288A01/00020012.pdf) - [Texto consolidado](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34475775/view?p_p_state=maximized)

Aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado

**Alterado por:**

[Decreto-Lei n.º 315/2002, de 27 de dezembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2002/12/299A00/81088108.pdf)

Altera o artigo 28.º do Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro

[Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2002/12/301A02/01360603.pdf)

Orçamento do Estado para 2003 – artigo 40.º

[Trabalhos preparatórios](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=4476)

[Decreto-Lei n.º 194/2003, de 24 de agosto](http://www.dre.pt/pdf1s/2003/08/194A00/54645483.pdf)

Altera o Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, que aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado

**Retificado pela:**

[Declaração de Retificação n.º 11-I/2003, de 30 de setembro de 2003](http://www.dre.pt/pdf1s/2003/09/226A01/00020003.pdf)

De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 194/2003, do Ministério da Justiça, que altera o Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, que aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 194, de 23 de agosto de 2003

[Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março](http://www.dre.pt/pdf1s/2004/03/066A00/14021465.pdf)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 39/2003, de 22 de agosto, aprova o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

[Decreto-Lei n.º 199/2004, de 18 de agosto](http://www.dre.pt/pdf1s/2004/08/194A00/52575260.pdf)

Estabelece medidas de carácter extraordinário tendo em vista a regularização da situação jurídica do património imobiliário do Estado e dos institutos públicos

[Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho](http://www.dre.pt/pdf1s/2005/07/130A00/41984205.pdf)

Cria a «empresa na hora», através de um regime especial de constituição imediata de sociedades, alterando o Código das Sociedades Comerciais, o regime do Registo Nacional das Pessoas Coletivas, o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

[Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de outubro](http://www.dre.pt/pdf1s/2005/10/208A01/00020016.pdf)

Aprova o documento único automóvel, mediante a criação do certificado de matrícula, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 1999/37/CE, do Conselho, de 29 de abril, com a redação dada pela Diretiva n.º 2003/127/CE, da Comissão, de 23 de dezembro, relativa aos documentos de matrícula dos veículos

**Retificado pela:**

[Declaração de Retificação n.º 89/2005, de 27 de dezembro](https://dre.pt/application/file/a/463484)

De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 178-A/2005, que aprova o documento único automóvel, mediante a criação do certificado de matrícula, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 1999/37/CE, do Conselho, de 29 de abril, com a redação dada pela Diretiva n.º 2003/127/CE, da Comissão, de 23 de dezembro, relativa aos documentos de matrícula dos veículos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 208, suplemento, de 28 de outubro de 2005

[Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março](http://www.dre.pt/pdf1s/2006/03/063A01/00020190.pdf)

Atualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adota medidas de simplificação e eliminação de atos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais

[Decreto-Lei n.º 85/2006, de 23 de maio](http://www.dre.pt/pdf1s/2006/05/099A00/34633466.pdf)

Estende a aplicação do projeto «Documento único automóvel» às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, alterando os Decretos-Leis n.ºs 178-A/2005, de 28 de outubro, e 54/75, de 12 de fevereiro, bem como o Regulamento do Registo de Automóveis e o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado

[Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho](http://www.dre.pt/pdf1s/2006/06/124A00/46024607.pdf)

Cria a «empresa *on-line*», através de um regime especial de constituição on-line de sociedades comerciais e civis sob forma comercial, e cria a «marca na hora», alterando o regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho

[Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2006/12/23901/00020016.pdf)

Aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa e introduz alterações no Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro

[Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro](http://www.dre.pt/pdf1s/2007/01/01200/03780388.pdf)

Altera o regime jurídico da redução do capital social de entidades comerciais, eliminando a intervenção judicial obrigatória e promovendo a simplificação global do regime, cria a Informação Empresarial Simplificada (IES) e procede à alteração do Código das Sociedades Comerciais, do Código de Registo Comercial, do Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de agosto, do Código de Processo Civil, do Regime Nacional de Pessoas Coletivas e do Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado

[Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho](http://www.dre.pt/pdf1s/2007/07/14001/0000200008.pdf)

Cria o procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédio urbano em atendimento presencial único e altera o Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho

[Lei n.º 40/2007, de 24 de agosto](http://www.dre.pt/pdf1s/2007/08/16300/0565905664.pdf)

Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil

[Trabalhos preparatórios](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=14839)

[Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de setembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2007/09/18800/0691106983.pdf)

Altera o Código do Registo Civil, o Código Civil, o Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de dezembro, o Código do Notariado, os Decretos-Leis n.ºs 272/2001, de 13 de outubro, e 236/2001, de 30 de agosto, e o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado

[Decreto-Lei n.º 20/2008, de 31 de janeiro](http://www.dre.pt/pdf1s/2008/01/02200/0086800872.pdf)

Simplifica o regime do registo de veículos e procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de fevereiro, à sétima alteração ao Regulamento do Registo de Automóveis, aprovado pelo Decreto n.º 55/75, de 12 de fevereiro, à décima sexta alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de outubro

[Decreto-Lei n.º 73/2008, 16 de abril](http://www.dre.pt/pdf1s/2008/04/07500/0226102265.pdf)

Permite a disponibilização de um registo comercial bilingue em língua inglesa e aprova um regime especial de criação imediata de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras, a «Sucursal na Hora», procedendo à 28.ª alteração ao Código do Registo Comercial, à 17.ª alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado e à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro

[Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho](http://www.dre.pt/pdf1s/2008/07/12800/0413404196.pdf)

Adota medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de atos e procedimentos no âmbito do registo predial e atos conexos

**Retificado pela:**

[Declaração de Retificação n.º 47/2008, de 25 de agosto](http://www.dre.pt/pdf1s/2008/08/16300/0588905893.pdf)

Retifica o Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho, do Ministério da Justiça, que adota medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de atos e procedimentos no âmbito do registo predial e atos conexos, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 128, de 4 de julho de 2008

[Decreto-Lei n.º 247-B/2008, de 30 de dezembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2008/12/25101/0000200023.pdf)

Cria e regula o cartão da empresa e o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (SICAE) e adota medidas de simplificação no âmbito dos regimes do Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC), do Código do Registo Comercial, dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária e divórcio com partilha, do regime especial de constituição imediata de sociedades («empresa na hora») e do regime especial de constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial («empresa on-line»), do regime especial de constituição imediata de associações («associação na hora») e do regime especial de criação de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras («sucursal na hora»)

[Decreto-Lei n.º 122/2009, de 21 de maio](http://www.dre.pt/pdf1s/2009/05/09800/0324803253.pdf)

Simplifica as comunicações dos cidadãos e das empresas ao Estado, procedendo à 20.ª alteração ao Código do Registo Predial, à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à 31.ª alteração ao Código do Registo Comercial, à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, à 9.ª alteração ao regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, à 20.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, à 20.ª alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de janeiro, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2007, de 27 de abril, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de abril, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2008, de 31 de janeiro, e à 9.ª alteração ao Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de outubro

[Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto](http://www.dre.pt/pdf1s/2009/08/15500/0522605235.pdf)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, que altera a Diretiva n.º 78/660/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades, a Diretiva n.º 83/349/CEE, do Conselho, relativa às contas consolidadas, a Diretiva n.º 86/635/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras, e a Diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros, e adota medidas de simplificação e eliminação de atos no âmbito de operações de fusão e cisão, alterando o Código de Registo Predial, o Código das Sociedades Comerciais, o Código de Registo Comercial, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código dos Valores Mobiliários, o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Regulamento do Registo Automóvel

[Decreto-Lei n.º 99/2010, de 2 de setembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2010/09/17100/0390703915.pdf)

Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e legislação conexa

[Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de setembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2012/09/18200/0526605278.pdf)

Altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, bem como legislação conexa com emolumentos e taxas

**Retificado pela:**

[Declaração de Retificação n.º 65/2012, de 16 de novembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2012/11/22200/0663406635.pdf)

Retifica o Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de setembro, do Ministério da Justiça, que altera o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, bem como legislação conexa com emolumentos e taxas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 182, de 19 de setembro de 2012

[Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro](http://www.dre.pt/pdf1s/2012/12/23800/0692106923.pdf)

Aprova benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da «Bolsa de terras»

[Trabalhos preparatórios](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=17345)

[Decreto-Lei n.º 19/2015, de 3 de fevereiro](https://dre.pt/application/file/a/66411646)

Cria, no âmbito da competência funcional do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, o Registo de Pessoas Jurídicas Canónicas

[Decreto-Lei n.º 201/2015, de 17 de setembro](https://dre.pt/application/file/a/70303432)

Aprova o modelo de contabilidade dos serviços de registo do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., regulando os respetivos fluxos financeiros

[Decreto-Lei n.º 51/2017, de 25 de maio](https://dre.pt/application/file/a/107078122)

Cria regime extraordinário de regularização matricial e registral dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas

[Decreto-Lei n.º 54/2017, de 2 de junho](https://dre.pt/application/file/a/107111266)

Cria a «cooperativa na hora»

[Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto](https://dre.pt/application/file/a/108029683)

Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos e outros diplomas legais

[Trabalhos preparatórios](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=20329)

[Lei n.º 110/2017, de 15 de dezembro](https://dre.pt/application/file/a/114344886)

Cria benefícios fiscais para entidades de gestão florestal, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado

[Trabalhos preparatórios](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=20476)

[Decreto-Lei n.º 24/2019, de 1 de fevereiro](https://dre.pt/application/file/a/118950709)

Estabelece as regras aplicáveis à comunicação eletrónica entre o registo comercial nacional e os registos de outros Estados-Membros da União Europeia, transpondo a Diretiva n.º 2012/17/UE

[Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio](https://dre.pt/application/file/a/122346430)

Altera as regras aplicáveis à intimação para a execução de obras de manutenção, reabilitação ou demolição e sua execução coerciva

[Decreto-Lei n.º 111/2019, de 16 de agosto](https://dre.pt/application/file/a/123995682)

Simplifica e atualiza os procedimentos administrativos de registo automóvel

[Lei n.º 85/2019, de 3 de setembro](https://dre.pt/application/file/a/124392100)

Altera o Código Civil, revogando o instituto do prazo internupcial

[Trabalhos preparatórios](https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=21906)

[Decreto-Lei n.º 157/2019, de 22 de outubro](https://dre.pt/application/file/a/125560286)

Regula a forma do ato de instituição e o Regime do Registo de Fundações

[Lei n.º 2/2020, de 31 de março](https://dre.pt/application/file/a/130891365)

Orçamento do Estado para 2020 – [artigo 400.º](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/138816577/202011030906/73856230/diploma/indice?p_p_state=maximized)

[Trabalhos preparatórios](https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=22104)

[Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto](https://files.dre.pt/1s/2020/08/16900/0000300206.pdf)

Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis

[Trabalhos preparatórios](https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheDiplomaAprovado.aspx?BID=22376)

[Decreto-Lei n.º 109-D/2021, de 9 de dezembro](https://files.dre.pt/1s/2021/12/23701/0000600018.pdf)

Cria um regime de registo online de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro e altera vários diplomas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2019/1151